

STJ00098160

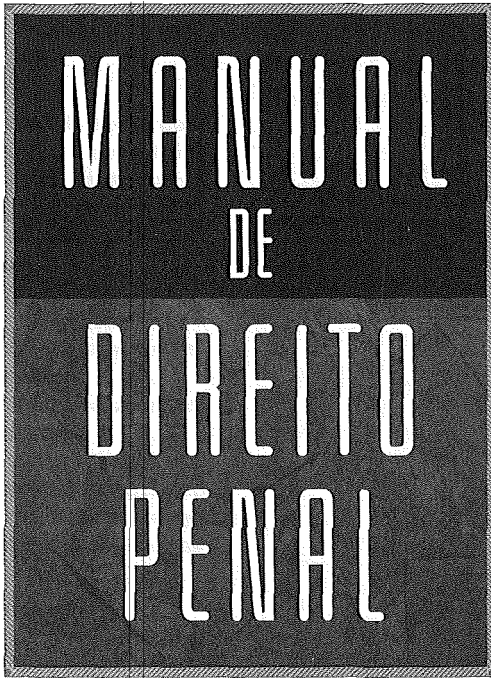
Ricardo Antonio Andreucci

Procurador de Justiça Criminal de São Paulo.

Doutor e Mestre em Direito.

Coordenador do Complexo de Ensino Andreucci.

Professor de Direito Penal e Processo Penal em universidades e cursos preparatórios para ingresso nas carreiras jurídicas e OAB.



10ª edição
revista e atualizada

2014



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SACJUR: 0800 055 7688
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
 saraivajur@editorasaraiva.com.br
 Acesso: www.editorasaraiva.com.br/direito

FILIAIS**AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE**

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
 Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino dórea, 23 — Brotas
 Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895
 Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro
 Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga
 Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384
 Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento
 Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951
 Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto
 Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806
 Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
 Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha
 Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos
 Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038
 Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Lavrindo, 2895 — Prado Velho
 Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista
 Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro
 Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel
 Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565
 Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos
 Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567
 Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda
 Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

101.767.010.001

964261

ISBN 978-85-02-21989-2

Andreucci, Ricardo Antonio
 Manual de direito penal / Ricardo Antonio Andreucci.
 — 10. ed. rev. e atual. — São Paulo : Saraiva, 2014.
 1. Direito penal I. Título.

CDU-343

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343

Diretor editorial Luiz Roberto Curia*Gerente editorial* Thaís de Camargo Rodrigues*Assistente editorial* Sirlene Miranda de Sales*Produtora editorial* Clarissa Boraschi Maria*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Daniel Pavani Naveira

Arte e diagramação Jessica Siqueira*Revisão de provas* Amélia Kassis Ward

Ana Beatriz Fraga Moreira

Serviços editoriais Camila Artoli Loureiro

Tatiana dos Santos Romão

Capa Gislaíne Ribeiro*Produção gráfica* Marli Rompim*Impressão* ProL Editora Gráfica*Acabamento* ProL Editora Gráfica**Data de fechamento da edição: 10-01-2014**

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	33
<i>Nota do Autor</i>	35

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	39
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL	39
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	39
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	40
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	41
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	41
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	41
4 CIÊNCIAS PENAIS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	41
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	42
5.1 Princípio da legalidade	42
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	43
5.3 Princípio da taxatividade	43
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	43
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	44
5.6 Princípio da adequação social	44
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo) e princípio da fragmentariedade	45
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	45
5.9 Princípio do Direito Penal máximo	46
5.10 Princípio da proporcionalidade da pena	47
5.11 Princípio da individualização da pena	47
5.12 Princípio da humanidade	47
5.13 Princípio da razoabilidade	48
II — FONTES DO DIREITO PENAL	49
I FONTES MATERIAIS	49
2 FONTES FORMAIS	49
2.1 Fonte formal imediata	49
2.1.1 Lei e norma penal	49

2.1.2	Norma penal em branco	50
2.1.3	Integração da norma penal.....	51
2.1.4	Norma penal incompleta	51
2.2	Fontes formais mediatas	51
2.2.1	Costume	52
2.2.2	Princípios gerais de direito	52
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal	52
 III — INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL		 55
I	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO.....	55
I.1	Interpretação autêntica	55
I.2	Interpretação doutrinária	55
I.3	Interpretação jurisprudencial	56
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	56
2.1	Interpretação gramatical	56
2.2	Interpretação lógica.....	56
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO.....	56
3.1	Interpretação declarativa	56
3.2	Interpretação restritiva	56
3.3	Interpretação extensiva	56
 IV — APLICAÇÃO DA LEI PENAL		 59
I	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	59
I.1	Legalidade formal e legalidade material	60
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	61
2.1	Vigência e revogação da lei penal	61
2.2	Conflito de leis penais no tempo	61
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	62
2.4	Ultra-atividade	62
2.5	Lei intermediária	63
2.6	Conjugação de leis	63
2.7	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais	63
2.8	Tempo do crime	64
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	65
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	65
3.2	Princípios adotados pelo Brasil	66
3.3	Território	66
3.3.1	Território brasileiro por equiparação	67
3.3.2	Passagem inocente.....	67
3.3.3	Zona Econômica Exclusiva — ZEE	67

3.4	Lugar do crime	68
3.5	Teoria adotada pelo Brasil	68
3.6	Extraterritorialidade	68
3.6.I	Extradicação, deportação e expulsão	70
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	71
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS	71
4.1	Imunidades diplomáticas	71
4.2	Imunidades parlamentares	72
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES	74
5.1	Eficácia de sentença estrangeira	74
5.2	Contagem de prazos	74
5.3	Frações não computáveis da pena	74
5.4	Legislação especial	75
V — TEORIA DO CRIME		77
1	CONCEITO DE CRIME	77
1.1	Sistema Causal-Naturalista	77
1.2	Sistema Neoclássico	78
1.3	Sistema Finalista	78
1.3.I	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida	79
1.4	Sistema Social	80
1.5	Sistema Funcionalista	80
1.6	Estrutura do crime	81
1.6.I	Sujeito ativo	81
1.6.2	Sujeito passivo	81
1.6.3	Capacidade penal	81
1.6.4	Objeto do crime	82
1.6.5	Punibilidade	82
1.6.6	Crime e contravenção penal	83
1.6.7	Classificação dos crimes	83
2	FATO TÍPICO	90
2.1	Teoria do tipo	90
2.1.1	Fases da Teoria do Tipo	91
2.1.2	Conceito de tipo	91
2.1.3	Características do tipo	91
2.1.4	Adequação típica	92
2.1.5	Elementos do tipo	92
2.1.6	Teoria dos elementos negativos do tipo	93
2.1.7	Classificação do tipo	93
2.1.8	Tipicidade conglobante	94

2.1.9	Conflito aparente de normas	94
2.2	Conduta	96
2.2.1	Formas de conduta	96
2.2.2	Crimes omissivos próprios	97
2.2.3	Crimes omissivos impróprios	97
2.2.4	Crimes omissivos por comissão	97
2.2.5	Caso fortuito e força maior	97
2.3	Nexo de causalidade	98
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes	99
2.3.2	Superveniência causal	99
2.4	Resultado	101
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado	101
2.5	Crime consumado e crime tentado	102
2.5.1	Consumação	102
2.5.2	Tentativa	103
2.5.3	“Iter criminis”	104
2.5.4	Cogitação	104
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução	104
2.5.6	Elementos da tentativa	105
2.5.7	Espécies de tentativa	105
2.5.8	Pena da tentativa	106
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa	106
2.5.10	Tentativa e contravenção penal	107
2.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	107
2.7	Arrependimento posterior	108
2.7.1	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	109
2.8	Crime impossível	109
2.9	Crime doloso	110
2.9.1	Conceito de dolo	110
2.9.2	Teorias sobre o dolo	110
2.9.3	Teorias adotadas pelo Brasil	111
2.9.4	Espécies de dolo	111
2.10	Crime culposo	112
2.10.1	Cuidado objetivo	113
2.10.2	Previsibilidade	113
2.10.3	Elementos do fato típico culposo	113
2.10.4	Imprudência, negligência e imperícia	113
2.10.5	Espécies de culpa	114
2.10.6	Excepcionalidade do crime culposo	114
2.10.7	Outras questões referentes à culpa	115
2.II	Crime preterdoloso	115
3	ERRO DE TIPO	115

3.1	Conceito de erro de tipo	115
3.2	Espécies de erro de tipo	116
3.2.1	Erro de tipo essencial	116
3.2.2	Erro de tipo acidental	117
3.2.2.1	Espécies	117
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”	117
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”	117
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”	118
3.2.5.1	Desígnios autônomos	119
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)”	119
3.2.7	Erro determinado por terceiro	120
3.2.8	Descriminantes putativas	121
4	ANTI JURIDICIDADE	121
4.1	Conceito	121
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	122
4.3	Estado de necessidade	122
4.3.1	Conceito	123
4.3.2	Natureza jurídica	123
4.3.3	Requisitos	123
4.3.4	Causa de diminuição da pena	124
4.3.5	Formas de estado de necessidade	124
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	124
4.4	Legítima defesa	125
4.4.1	Conceito	125
4.4.2	Natureza jurídica	125
4.4.3	Requisitos	126
4.4.4	Formas de legítima defesa	126
4.4.5	Legítima defesa subjetiva	126
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	127
4.4.7	Legítima defesa recíproca	127
4.4.8	Provocação e legítima defesa	127
4.4.9	<i>Commodus discessus</i>	128
4.4.10	Ofendículas	128
4.4.11	Questões interessantes sobre legítima defesa	129
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	130
4.6	Exercício regular de direito	130
4.7	O consentimento do ofendido	130
4.8	Risco permitido	130
4.9	Violência desportiva	131
4.10	Excesso punível	131
5	CULPABILIDADE	132
5.1	Conceito	133

5.2	Elementos da culpabilidade	133
5.3	Imputabilidade	133
5.3.1	“Actio libera in causa”	134
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade	134
5.3.3	Semi-imputabilidade	137
5.4	Potencial consciência da ilicitude	137
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei	138
5.4.2	Erro de proibição	138
5.5	Exigibilidade de conduta conforme o Direito	139
5.5.1	Coação moral irresistível	139
5.5.2	Obediência hierárquica	140
6	CONCURSO DE PESSOAS	141
6.1	Concurso necessário e eventual	141
6.2	Formas de concurso de agentes	142
6.3	Requisitos do concurso de agentes	142
6.4	Autoria	142
6.5	Participação	143
6.6	Formas de participação	144
6.7	Autoria mediata	144
6.8	Autoria colateral e autoria incerta	144
6.9	Conivência e participação por omissão	145
6.10	Outras modalidades de coautoria e participação	145
6.11	Concurso em crime culposo	145
6.12	Punibilidade no concurso de pessoas	146
6.13	Circunstâncias incommunicáveis	146
6.14	Casos de impunibilidade	147
VI	— SANÇÃO PENAL	149
1	INTRODUÇÃO	149
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL	149
3	PENA	149
3.1	Conceito de pena	149
3.2	Finalidades da pena	150
3.3	Características da pena	151
3.4	Espécies de pena	151
3.5	Regimes prisionais	151
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	152
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade	152
4.2	Forma progressiva de execução da pena	152
4.3	Regime de pena nos crimes hediondos	155
4.4	Regras do regime fechado	155

4.5	Regras do regime semiaberto	I55
4.6	Regras do regime aberto	I56
4.7	Casa do albergado	I56
4.8	Prisão-albergue domiciliar	I56
4.9	Regime especial	I57
4.10	Regime disciplinar diferenciado — RDD	I57
4.11	Direitos e trabalho do preso	I57
4.12	Remição	I58
	4.12.1 Remição pelo estudo	I59
4.13	Superveniência de doença mental	I59
4.14	Detração penal	I59
	4.14.1 Detração em pena restritiva de direitos	I60
	4.14.2 Detração em pena de multa	I60
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	I60
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos	I61
5.2	Natureza jurídica	I61
5.3	Características	I61
5.4	Duração das penas restritivas de direitos	I61
5.5	Impossibilidade de cumulação	I62
5.6	Conversão	I62
5.7	Prestação pecuniária	I62
5.8	Perda de bens e valores	I62
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	I63
5.10	Interdição temporária de direitos	I63
5.11	Limitação de fim de semana	I64
6	PENA DE MULTA	I64
6.1	Conceito	I65
6.2	Cominação e aplicação	I65
6.3	Pagamento da multa	I65
7	APLICAÇÃO DA PENA	I66
7.1	Circunstâncias do crime	I66
7.2	Circunstâncias judiciais	I66
7.3	Circunstâncias legais	I67
7.4	Circunstâncias agravantes	I68
	7.4.1 Aplicação obrigatória	I68
	7.4.2 Rol taxativo	I68
	7.4.3 Análise das circunstâncias agravantes	I69
7.5	Reincidência	I70
	7.5.1 Conceito	I70
	7.5.2 Formas	I70
	7.5.3 Pressuposto da reincidência	I71
	7.5.4 Réu primário e réu reincidente	I71
	7.5.5 Efeitos da reincidência	I71
	7.5.6 Crimes que não geram reincidência	I72

7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	172
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	173
7.7	Circunstâncias atenuantes	173
7.7.1	Aplicação obrigatória	173
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	174
7.7.3	Circunstâncias inominadas	175
8	FIXAÇÃO DA PENA	175
8.1	Momento judicial de fixação da pena	175
8.2	Juízo de culpabilidade	176
8.3	Cálculo da pena	176
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes	176
9	CONCURSO DE CRIMES	176
9.1	Noções gerais	176
9.2	Sistemas de aplicação da pena	177
9.3	Espécies de concurso	177
9.4	Concurso material	177
9.4.1	Conceito	178
9.4.2	Espécies	178
9.4.3	Aplicação da pena	178
9.5	Concurso formal	178
9.5.1	Conceito	179
9.5.2	Espécies	179
9.5.3	Aplicação da pena	179
9.5.4	Cúmulo material benéfico	180
9.6	Crime continuado	180
9.6.1	Conceito	180
9.6.2	Natureza jurídica	180
9.6.3	Crimes da mesma espécie	180
9.6.4	Requisitos	181
9.6.5	Condições objetivas semelhantes	181
9.6.6	Espécies de crime continuado	182
9.6.7	Aplicação da pena	182
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes	182
9.7	Aplicação da pena de multa	183
10	LIMITE DAS PENAS	183
II	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	184
II.1	Conceito	184
II.2	Sistemas	184
II.3	Formas	184
II.4	Requisitos	185

11.5	Período de prova	185
11.6	Condições	186
11.7	Revogação do “sursis”	186
11.7.1	Cassação do “sursis”	186
11.7.2	Restabelecimento do “sursis”	187
11.8	Prorrogação do “sursis”	187
11.9	Questões interessantes	187
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL	189
12.1	Conceito	189
12.2	Requisitos	189
12.3	Concessão	191
12.4	Condições	191
12.5	Revogação	192
12.6	Restauração do livramento	192
12.7	Prorrogação do livramento	192
12.8	Extinção do livramento	193
13	MEDIDA DE SEGURANÇA	193
13.1	Conceito	193
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	193
13.3	Espécies de medida de segurança	194
13.4	Aplicação da medida de segurança	194
13.5	Medida de segurança substitutiva	195
13.6	Sistema vicariante	196
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	196
14.1	Conceito de condenação	196
14.2	Efeitos secundários de natureza penal	197
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal	197
14.3.1	Efeitos civis	197
14.3.2	Efeitos administrativos	199
14.3.3	Efeito político	200
14.3.4	Efeitos trabalhistas	201
15	REABILITAÇÃO	201
15.1	Conceito	201
15.2	Prazo para requerimento	202
15.3	Condições da reabilitação	202
15.4	Procedimento da reabilitação	202
15.5	Efeitos da reabilitação	203
15.6	Revogação da reabilitação	204
VII	— AÇÃO PENAL	205
I	CONCEITO	205

2	CLASSIFICAÇÃO	205
3	AÇÃO PENAL PÚBLICA	205
3.1	Noções gerais	205
3.2	Espécies	206
3.2.1	Ação penal pública incondicionada	206
3.2.2	Ação penal pública condicionada	206
3.3	Ação penal nos crimes complexos	207
4	AÇÃO PENAL PRIVADA	207
4.1	Noções gerais	207
4.2	Espécies	208
4.2.1	Ação penal privada exclusiva	208
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima	208
4.2.2	Ação penal privada subsidiária	208
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL	209
VIII — EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE		211
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE	211
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	211
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	211
4	ROL EXEMPLIFICATIVO	212
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE	212
5.1	Morte do agente	212
5.2	Anistia	213
5.3	Graça e indulto	214
5.4	“Abolitio criminis”	215
5.5	Renúncia do direito de queixa	215
5.6	Perdão aceito	216
5.7	Retratação do agente	217
5.8	Decadência	217
5.9	Perempção	217
5.10	Perdão judicial	218
6	PRESCRIÇÃO	218
6.1	Conceito de prescrição	219
6.2	Espécies de prescrição	219
6.3	Prescrição da pretensão punitiva	219
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	220
6.5	Prescrição da pretensão executória	221
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	221

6.7	Prescrição intercorrente	222
6.8	Prescrição retroativa	222
6.9	Prescrição antecipada	223
6.10	Redução dos prazos prescricionais	224
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	224
6.12	Prescrição da pena de multa	224

PARTE ESPECIAL

I	— INTRODUÇÃO	227
II	— DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	229
I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA	229
I.1	Homicídio	229
I.1.1	Homicídio privilegiado	232
I.1.2	Homicídio qualificado	233
I.1.3	Homicídio culposo	234
I.1.4	Homicídio culposo qualificado	235
I.1.5	Perdão judicial	235
I.1.6	Milícia privada	236
I.1.7	Ação penal	236
I.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	236
I.2.1	Formas qualificadas	238
I.3	Infanticídio	238
I.4	Aborto	239
I.4.1	Autoaborto	242
I.4.2	Aborto consentido	243
I.4.3	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	243
I.4.4	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante	243
I.4.5	Aborto qualificado pelo resultado	244
I.4.6	Aborto legal	244
2	DAS LESÕES CORPORAIS	245
2.1	Lesão corporal	245
2.1.1	Violência doméstica	248
3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	249
3.1	Generalidades	249
3.2	Perigo de contágio venéreo	249
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	250
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem	251
3.4.1	Aumento de pena	251
3.5	Abandono de incapaz	252

3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado	252
3.5.2	Causas de aumento de pena	252
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido	253
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado	253
3.7	Omissão de socorro	253
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado	254
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso	255
3.8	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	255
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado	256
3.9	Maus-tratos	256
3.9.1	Figuras qualificadas pelo resultado	257
3.9.2	Causa de aumento de pena	258
3.9.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso	258
4	DA RIXA	258
4.1	Rixa	258
4.1.1	Rixa qualificada	259
5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA	259
5.1	Generalidades	259
5.2	Calúnia	259
5.2.1	Divulgação ou propalação	260
5.2.2	Calúnia contra os mortos	261
5.2.3	Exceção da verdade	261
5.3	Difamação	261
5.3.1	Exceção da verdade	262
5.4	Injúria	262
5.4.1	Perdão judicial	263
5.4.2	Injúria real	263
5.4.3	Injúria por preconceito	264
5.4.4	Injúria etária	264
5.5	Formas qualificadas	264
5.6	Exclusão do crime	265
5.7	Retratação	266
5.8	Pedido de explicações	266
5.9	Ação penal	267
6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL	268
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal	268
6.1.1	Constrangimento ilegal	268
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas	269
6.1.1.2	Concurso material	269
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime	269
6.1.2	Ameaça	270
6.1.3	Sequestro ou cárcere privado	271

	6.1.3.1	Figuras típicas qualificadas	272
6.1.4		Redução a condição análoga à de escravo	272
	6.1.4.1	Figuras equiparadas	273
	6.1.4.2	Causas especiais de aumento de pena	274
6.2		Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	274
	6.2.1	Violação de domicílio	274
	6.2.1.1	Figuras típicas qualificadas	275
	6.2.1.2	Causas de aumento de pena	276
	6.2.1.3	Exclusão da antijuridicidade	276
	6.2.1.4	Contornos da expressão "casa"	276
6.3		Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	277
	6.3.1	Violação de correspondência	277
	6.3.1.1	Generalidades	277
	6.3.1.2	Violação de correspondência	277
	6.3.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	278
	6.3.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	279
	6.3.1.5	Impedimento de telecomunicação	279
	6.3.1.6	Instalação ou utilização ilegais	279
	6.3.1.7	Disposições comuns	280
	6.3.1.8	Ação penal	280
	6.3.2	Correspondência comercial	280
6.4		Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	281
	6.4.1	Divulgação de segredo	281
	6.4.2	Violação de segredo profissional	282
	6.4.3	Invasão de dispositivo informático	283
	6.4.3.1	Figura equiparada	283
	6.4.3.2	Causas de aumento de pena	284
	6.4.3.3	Figura qualificada pelo resultado	284
III — DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO			285
I	DO FURTO		285
	I.1	Furto	285
	I.1.1	Furto noturno	288
	I.1.2	Furto privilegiado	289
	I.1.3	Furto de energia	290
	I.1.4	Furto qualificado	291
	I.1.4.1	Rompimento de obstáculo	291
	I.1.4.2	Abuso de confiança	292
	I.1.4.3	Mediante fraude	293
	I.1.4.4	Escalada	294
	I.1.4.5	Destreza	295

I.I.4.6	Chave falsa	295
I.I.4.7	Concurso de duas ou mais pessoas	296
I.I.5	Furto de veículo automotor	297
I.2	Furto de coisa comum	297
2	DO ROUBO E DA EXTORSÃO	298
2.1	Roubo	298
2.1.1	Roubo impróprio	300
2.1.2	Roubo circunstanciado	301
2.1.2.1	Emprego de arma	301
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas	303
2.1.2.3	Transporte de valores	304
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor	304
2.1.2.5	Sequestro	304
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave	305
2.1.4	Latrocínio	306
2.2	Extorsão	307
2.2.1	Extorsão qualificada	309
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte	309
2.2.3	Sequestro relâmpago	310
2.3	Extorsão mediante sequestro	312
2.3.1	Formas qualificadas	312
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado	313
2.3.3	Delação premiada	313
2.4	Extorsão indireta	314
3	DA USURPAÇÃO	315
3.1	Alteração de limites	315
3.1.1	Usurpação de águas	315
3.1.2	Esbulho possessório	315
3.1.3	Concurso material	316
3.1.4	Ação penal	316
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	317
4	DO DANO	317
4.1	Dano	317
4.1.1	Dano qualificado	318
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	318
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	319
4.4	Alteração de local especialmente protegido	320
4.5	Ação penal	320
5	DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA	320
5.1	Apropriação indébita	320
5.1.1	Formas qualificadas	322

5.2	Apropriação indébita previdenciária	322
5.2.1	Figuras assemelhadas	325
5.2.2	Extinção da punibilidade	325
5.2.3	Perdão judicial	326
5.2.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	326
5.2.5	Estado de necessidade	328
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	329
5.4	Apropriação de tesouro	329
5.5	Apropriação de coisa achada	330
5.6	Apropriação privilegiada	331
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	331
6.1	Estelionato	331
6.1.1	Estelionato privilegiado	333
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	333
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	334
6.1.4	Defraudação de penhor	334
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	334
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	335
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	335
6.1.8	Estelionato qualificado	337
6.2	Duplicata simulada	337
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas	338
6.3	Abuso de incapazes	338
6.4	Induzimento à especulação	339
6.5	Fraude no comércio	340
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas	341
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada	341
6.6	Outras fraudes	341
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	342
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou "warrant"	342
6.9	Fraude à execução	343
7	DA RECEPÇÃO	343
7.1	Recepção	343
7.1.1	Recepção simples dolosa própria	344
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria	345
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial	345
7.1.4	Recepção culposa	345
7.1.5	Recepção privilegiada	346
7.1.6	Recepção qualificada pelo objeto material	346
7.1.7	Recepção e favorecimento real	346
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a recepção	347

8	DAS IMUNIDADES PENAIS	348
8.1	Generalidades	348
8.2	Imunidades penais absolutas	349
8.3	Imunidades penais relativas	349
8.4	Exceções às imunidades penais	350
IV	— DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	351
1	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL	351
1.1	Violação de direito autoral	351
1.1.1	Reprodução de obra com violação de direito autoral	352
1.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	353
1.3	Ação penal	353
2	DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	353
3	DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ..	353
4	DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	354
V	— DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	355
1	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU ESTADUAL	355
2	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO	356
3	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA	356
4	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	357
5	PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PER- TURBAÇÃO DA ORDEM	358
6	PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO	359
7	INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM	360
8	FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA	361
9	FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO.	362
10	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMI- NISTRATIVA	363
11	ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO	363
12	ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL	364

VI — DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	367
I DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	367
I.1 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	367
I.1.1 Forma qualificada	368
2 DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	368
2.1 Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	368
2.1.1 Forma qualificada	369
2.2 Violação de sepultura	369
2.3 Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	370
2.4 Vilipêndio a cadáver	371
VII — DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	373
I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	373
I.1 Estupro	373
I.1.1 Tipo misto cumulativo ou tipo misto alternativo	375
I.1.2 Figuras qualificadas pelo resultado	376
I.1.3 Causas de aumento de pena	377
I.1.4 Segredo de justiça	377
I.2 Violação sexual mediante fraude	377
I.2.1 Causas de aumento de pena	379
I.2.2 Segredo de justiça	379
I.3 Assédio sexual	380
2 DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL	381
2.1 Definição de vulnerável	381
2.2 Estupro de vulnerável	381
2.2.1 Figuras qualificadas pelo resultado	382
2.2.2 Causas de aumento de pena	382
2.2.3 Segredo de justiça	383
2.3 Corrupção de menores	383
2.3.1 Causas de aumento de pena	383
2.3.2 Segredo de justiça	384
2.4 Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	384
2.4.1 Causas de aumento de pena	385
2.4.2 Segredo de justiça	385
2.5 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	385
2.5.1 Figuras equiparadas	386
2.5.2 Efeito obrigatório da condenação	387
2.5.3 Segredo de justiça	387

3	DISPOSIÇÕES GERAIS	387
3.1	Ação penal	387
3.2	Aumento de pena	388
4	DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	388
4.1	Generalidades	388
4.2	Mediação para servir à lascívia de outrem	389
4.2.1	Figuras típicas qualificadas	389
4.3	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	390
4.3.1	Figuras típicas qualificadas	391
4.4	Casa de prostituição	391
4.5	Rufianismo	392
4.5.1	Figuras típicas qualificadas	393
4.6	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	394
4.6.1	Figuras equiparadas	395
4.6.2	Causas de aumento de pena	395
4.7	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	395
4.7.1	Figuras equiparadas	396
4.7.2	Causas de aumento de pena	396
5	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	396
5.1	Disposições gerais	396
5.2	Ato obsceno	397
5.3	Escrito ou objeto obsceno	399
6	DISPOSIÇÕES GERAIS	400
VIII — DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA		401
I	DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	401
I.1	Bigamia	401
I.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada	402
I.1.2	Exclusão do crime	402
I.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	402
I.2.1	Ação penal	403
I.3	Conhecimento prévio de impedimento	403
I.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento	403
I.5	Simulação de casamento	404
2	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO	404
2.1	Registro de nascimento inexistente	404
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	405
2.2.1	Causa de diminuição de pena	406

2.2.2	Conflito aparente de normas	407
2.3	Sonegação do estado de filiação	407
3	DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR	408
3.1	Abandono material	408
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia	409
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	410
3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo	410
3.2.2	Figura qualificada	411
3.2.3	Participação no crime	411
3.3	Abandono intelectual	411
3.4	Abandono moral	412
4	DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA.	413
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	413
4.2	Subtração de incapazes	414
4.2.1	Perdão judicial	415
IX	— DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	417
I	DOS CRIMES DE PERIGO COMUM	417
I.1	Generalidades	417
I.2	Incêndio	417
I.2.1	Incêndio qualificado	418
I.2.2	Incêndio culposo	418
I.3	Explosão	418
I.3.1	Explosão privilegiada	419
I.3.2	Explosão qualificada	420
I.3.3	Explosão culposa	420
I.4	Uso de gás tóxico ou asfíxiante	420
I.4.1	Modalidade culposa	421
I.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfíxiante	421
I.6	Inundação	422
I.6.1	Inundação culposa	422
I.7	Perigo de inundação	423
I.8	Desabamento ou desmoronamento	423
I.8.1	Modalidade culposa	424
I.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	425
I.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum	425
I.11	Difusão de doença ou praga	426
I.11.1	Modalidade culposa	427
2	DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	427

2.1	Perigo de desastre ferroviário	427
2.1.1	Desastre ferroviário	428
2.1.2	Desastre culposo	428
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal	428
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	428
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo	429
2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro	429
2.2.3	Modalidade culposa	429
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal	429
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	430
2.3.1	Figura típica qualificada	430
2.3.2	Modalidade culposa	430
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal	431
2.4	Arremesso de projétil	431
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal	432
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	432
2.5.1	Crime qualificado	432
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico	432
2.6.1	Figura equiparada	433
2.6.2	Crime qualificado	433
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	433
3.1	Epidemia	433
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado	434
3.1.2	Epidemia culposa	434
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	434
3.3	Omissão de notificação de doença	435
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal ..	436
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição	437
3.4.2	Envenenamento culposo	437
3.5	Corrupção ou poluição de água potável	437
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	438
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	438
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo	439
3.6.2	Modalidade culposa	439
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	439
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	440
3.7.2	Modalidade culposa	441

3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	441
3.9	Invólucro ou recipiente com falsa indicação	441
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	442
3.11	Substância destinada à falsificação	443
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde	443
3.12.1	Modalidade culposa	444
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	444
3.13.1	Modalidade culposa	445
3.14	Exercício ilegal da Medicina, arte dentária ou farmacêutica	445
3.14.1	Forma qualificada	446
3.15	Charlatanismo	447
3.16	Curandeirismo	448
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI, da CF)	449
3.16.2	Curandeirismo qualificado	450
3.17	Forma qualificada	450
X	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	451
1	INCITAÇÃO AO CRIME	451
2	APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO	451
3	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	452
3.1	Associação criminosa armada	453
3.2	Crime hediondo	453
3.3	Delação premiada	453
4	CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA	454
XI	DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	455
1	DA MOEDA FALSA	455
1.1	Moeda falsa	455
1.1.1	Circulação de moeda falsa	457
1.1.2	Figura típica privilegiada	457
1.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda	457
1.1.4	Desvio e circulação antecipada	457
1.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa	457
1.2.1	Figura típica qualificada	458
1.3	Petrechos para falsificação de moeda	458
1.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal	459
1.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro	459
2	DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	459

2.1	Falsificação de papéis públicos	459
2.1.1	Uso de papéis falsificados	461
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	462
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	462
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé	462
2.2	Petrechos de falsificação	462
3	DA FALSIDADE DOCUMENTAL	463
3.1	Falsificação de selo ou sinal público	463
3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado	464
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro	464
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos	464
3.2	Falsificação de documento público	464
3.2.1	Documento público por equiparação	467
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social	468
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social	468
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho	468
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual	469
3.3	Falsificação de documento particular	470
3.3.1	Documento particular por equiparação	472
3.4	Falsidade ideológica	473
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado	474
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	475
3.4.2.1	Conflito aparente de normas	475
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	476
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso	477
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão	478
3.6.2	Forma qualificada	478
3.7	Falsidade de atestado médico	478
3.7.1	Forma qualificada	479
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	479
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	479
3.9	Uso de documento falso	480
3.10	Supressão de documento	482
4	DE OUTRAS FALSIDADES	483
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	483
4.2	Falsa identidade	484
4.3	Uso de documento de identidade alheia	485

4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros	486
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	487
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade	487
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	488
4.6.1	Causa de aumento de pena	489
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro	489
5	DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO.....	489
5.1	Fraudes em certames de interesse público.....	489
5.1.1	Figura equiparada	490
5.1.2	Dano à Administração Pública	490
5.1.3	Causa de aumento de pena	490
XII	— DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	491
I	DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	491
I.1	Conceito de funcionário público	491
I.1.1	Funcionário público por equiparação	492
I.1.2	Casos de aumento de pena	494
I.1.3	Funcionário público como sujeito passivo de crimes praticados por particular contra a Administração em geral	494
I.2	Peculato	494
I.2.1	Peculato-furto	497
I.2.2	Peculato culposo	498
I.2.3	Reparação do dano no peculato culposo.....	499
I.3	Peculato mediante erro de outrem	499
I.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	500
I.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	500
I.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	501
I.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	502
I.8	Concussão	503
I.8.1	Excesso de exação	505
I.8.2	Excesso de exação qualificado	506
I.9	Corrupção passiva	506
I.9.1	Corrupção passiva qualificada	508
I.9.2	Corrupção passiva privilegiada	508
I.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	508
I.11	Prevaricação	509
I.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar.	510
I.13	Condescendência criminosa	511
I.14	Advocacia administrativa	512

1.15	Violência arbitrária	514
1.16	Abandono de função	515
1.16.1	Abandono de função qualificado	516
1.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	516
1.18	Violação de sigilo funcional	517
1.18.1	Figuras assemelhadas	518
1.18.2	Figuras qualificadas	518
1.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência	518
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	519
2.1	Usurpação de função pública	519
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada	520
2.2	Resistência	521
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado	522
2.2.2	Concurso	522
2.3	Desobediência	522
2.4	Desacato	524
2.5	Tráfico de influência	527
2.5.1	Causa de aumento de pena	528
2.6	Corrupção ativa	529
2.6.1	Corrupção ativa qualificada	530
2.7	Contrabando ou descaminho	531
2.7.1	Contrabando ou descaminho por assimilação	531
2.7.2	Contrabando ou descaminho qualificados	533
2.8	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	533
2.9	Inutilização de edital ou de sinal	533
2.10	Subtração ou inutilização de livro ou documento	534
2.11	Sonegação de contribuição previdenciária	535
2.11.1	Extinção da punibilidade	535
2.11.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	536
2.11.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	536
2.11.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	536
3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	538
3.1	Noções gerais	538
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	538
3.2.1	Causa de aumento de pena	540
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	540
3.3.1	Causa de aumento de pena	541
3.4	Funcionário público estrangeiro	541

3.4.I	Funcionário público estrangeiro por equiparação	541
4	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	541
4.1	Reingresso de estrangeiro expulso	541
4.2	Denúnciação caluniosa	542
4.2.I	Denúnciação caluniosa qualificada	545
4.2.2	Denúnciação caluniosa privilegiada	545
4.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	545
4.4	Autoacusação falsa	546
4.5	Falso testemunho ou falsa perícia	547
4.5.I	Causa de aumento de pena	549
4.5.2	Retratação	549
4.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete	549
4.6.I	Causa de aumento de pena	550
4.7	Coação no curso do processo	550
4.8	Exercício arbitrário das próprias razões	551
4.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro	553
4.10	Fraude processual	553
4.10.I	Fraude em processo penal	554
4.11	Favorecimento pessoal	554
4.11.I	Favorecimento pessoal privilegiado	556
4.11.2	Escusa absolutória	556
4.12	Favorecimento real	556
4.13	Ingresso de aparelho de comunicação em estabelecimento prisional	557
4.14	Exercício arbitrário ou abuso de poder	558
4.15	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	559
4.15.I	Figuras típicas qualificadas	559
4.15.2	Concurso material	560
4.15.3	Promoção ou facilitação culposa	560
4.16	Evasão mediante violência contra a pessoa	561
4.17	Arrebatamento de preso	561
4.18	Motim de presos	562
4.19	Patrocínio infiel	563
4.19.I	Patrocínio simultâneo ou tergiversação	564
4.20	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	565
4.21	Exploração de prestígio	566
4.21.I	Exploração de prestígio qualificada	567
4.22	Violência ou fraude em arrematação judicial	568
4.23	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	568
5	DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	569

5.1	Generalidades	569
5.2	Contratação de operação de crédito	570
5.2.I	Operação de crédito irregular	571
5.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	571
5.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	572
5.5	Ordenação de despesa não autorizada	573
5.6	Prestação de garantia graciosa	573
5.7	Não cancelamento de restos a pagar	574
5.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.....	575
5.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	575
 <i>Anexo</i> — Resumo da matéria		577
<i>Bibliografia</i>		721